



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Ofício-Circular nº 333/2019/CGJ-CE

Fortaleza, 30 de agosto de 2019.

**Prezados(as) Senhores(as)
Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Ceará .**

**Processo Administrativo nº 8502484-05.2019.8.06.0026/CGJCE
Assunto: Indisponibilidade de Bens**

Senhor(a) Oficial(a),

Com os cumprimentos de estilo, encaminho a Vossa Senhoria o Ofício nº265/2019, oriundo do Tribunal de Justiça da Paraíba, p.2/11, para o atendimento da decisão judicial colacionada aos autos, referente aos bloqueios de bens, proferida no Procedimento Comum Nº 0000198-66.2013.815.0041.

Atenciosamente,

Flavia Cavalcante Dantas
Gerente Administrativo da CGJCE, *em substituição*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520192590614

Nome original: OFDC. 0047.2019. GDC - Encaminha decisão para providência PP nº 00005
45-22.2019.8.15.1001 - Corregedorias do País.pdf

Data: 15/08/2019 14:43:13

Remetente:

Walkiria de Lourdes Oliveira Souza
Gerência de Fiscalização Extrajudicial
Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Ofício Circular nº 0047 2019 GDC - Encaminha cópia de Decisão e anexos, referent
e ao PP nº 0000545-22.2019.8.15.1001, para conhecimento e providência.



Poder Judiciário da Paraíba
Corregedoria Geral da Justiça

Avenida Comendador Renato Ribeiro Coutinho, s/n, Altiplano, João Pessoa/PB (CEP 58.046-060)
(83) 3252-1700 correedoria@tjpb.jus.br

OFÍCIO CIRCULAR Nº 0047 /2019/GDC

João Pessoa, 14 de agosto de 2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000545-22.2019.8.15.1001

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

CORREGEDOR(A) GERAL DE JUSTIÇA DE TODOS OS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO PAÍS

Assunto: Encaminhamento de cópia de Decisão oriunda do PJe-CGJPB

Senhor(a) Corregedor(a),

Encaminho a Vossa Excelência cópia de Decisão e do Ofício nº 265/2019 expedido pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Alagoa Nova, comunicando a decretação de indisponibilidade de bens, para conhecimento e providência.

Ressalvo, ainda, que as informações relativas ao cumprimento da mencionada Decisão Judicial sejam encaminhadas diretamente ao Juízo solicitante.

Aproveito a oportunidade, para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e apreço.

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Corregedor-Geral da Justiça





Poder Judiciário da Paraíba
Corregedoria Geral de Justiça

Autos: PROCESSO ADMINISTRATIVO - 0000545-22.2019.8.15.1001

Requerente: ERONILDO JOSE PEREIRA

Requerido: Não encontrado

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de Expediente oriundo da Comarca de Alagoa Nova, por meio do qual é solicitado o encaminhamento de ofício aos Cartórios Imobiliários deste Estado e às Corregedorias de Justiça de todo País, comunicando a decretação, nos autos da Execução Fiscal, Processo n.º 0000198-66.2013.815.0041, da indisponibilidade de bens da Empresa AGROINDUSTRIAL LIRA LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.968.288/0001-43, com sede no Engenho Novo e Beatriz, naquela Comarca, e dos seus corresponsáveis JOÃO ALVES DE LIRA NETO, CPF Nº 354.244.784-68 E OLAVO CRUZ DE LIRA, CPF Nº 691.529.344-20 (Id 152448, p.02).

Posto isso, determino a expedição de ofício circular aos Cartórios de Registros de Imóveis deste Estado, bem como às Corregedorias de Justiça de todo o País, que deverá ser instruído com os Documentos de Id. 152448, p. 02/07, devendo constar do referido ofício que as informações referentes ao cumprimento da mencionada Decisão Judicial sejam encaminhadas diretamente ao Juízo solicitante.

Cumpridas as determinações acima, arquivem-se os presentes autos.

Cópia deste Despacho servirá como ofício.

Cumpra-se.

Data da assinatura eletrônica.

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Corregedor-Geral de Justiça





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520192456525

Nome original: OFÍCIO E ANEXOS À CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DESTE ESTADOpdf

Data: 23/05/2019 10:47:23

Remetente:

Antonio Marcos Bezerra de Melo

Vara única de Alagoa Nova

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: INDISPONIBILIDADE DE BENS ...



Assinado eletronicamente por: ALISON PATRICIO NOGUEIRA DA SILVA - 24/05/2019 16:04:27

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje-corregedoria/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052416042748700000000146758>

Número do documento: 19052416042748700000000146758

Num. 152448 - Pág. 1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE ALAGOA NOVA

OFÍCIO Nº 265/2019.

Em 20 de maio de 2019.

DO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ALAGOA NOVA, PB.

AO EXMO. SR. DR.
ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA
CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA
JOÃO PESSOA, PB.

SENHOR(A) CORREGEDOR,

CUMPRIMENTANDO-O, e a fim de instruir os autos da **EXECUÇÃO FISCAL n. 0000198-66.2013.815.0041**, movida por **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA**, em face de **AGRO INDUSTRIAL LIRA LTDA.**, SOLICITO a Vossa Excelência exarar o respeitável “CUMpra-SE”, no sentido de determinar o encaminhamento de expedientes aos **Cartórios Imobiliários deste Estado e às Corregedorias de Justiça de todo País**, a fim de que façam constar a decretação da **INDISPONIBILIDADE DE BENS** da devedora, **AGROINDUSTRIAL LIRA LTDA., inscrita no CNPJ. Nº 04.968.288/0001-43,** com sede no Engenho Novo e Beatriz, neste município de Alagoa Nova, PB., assim como dos seus **CO-RESPONSÁVEIS, JOÃO ALVES DE LIRA NETO, CPF. 354.244.784-68 e OLAVO CRUZ DE LIRA, CPF. n. 691.529.344-20,** conforme despacho que segue anexo por cópia.

OUTROSSIM, havendo a **INDISPONIBILIDADE** de BENS na comarca competente, o Cartório deverá enviar a este Juízo a relação desses bens e direitos, para os fins devidos.

Atenciosamente.

ERONILDO JOSÉ PEREIRA
JUIZ DE DIREITO







R.19.12.17
B

54
8

EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA
DE ANNOVA - PARAÍBA

EXECUÇÃO FISCAL

Processo nº: 0000198-66 2013 815 0041
Exequente: ESTADO DA PARAÍBA/FAZENDA PÚBLICA
Executado: AGRO INDUSTRIAL LIRA LTDA

O ESTADO DA PARAÍBA, por intermédio de seu Procurador abaixo assinado, nos autos da Ação de Execução Fiscal, número em epígrafe, vem perante Vossa Excelência expor e ao final requerer o que segue:

Excelência, nos presentes autos encontra-se comprovação de penhora *on line* das contas bancárias da empresa executada, porém sem qualquer numerário que possibilitasse o adimplemento dos valores devidos.

Diante dessa momentânea e inexistosa situação e como forma de garantir o adimplemento do débito executado, assim quanto lastreado no que dispõe o artigo 185-A do Código Tributário Nacional – CTN, com as alterações advindas da Lei Complementar nº 118, de 09 de fevereiro de 2005 (infra), **REQUER** que seja determinada a INDISPONIBILIDADE DOS BENS E DIREITOS DA EMPRESA DEVEDORA, ASSIM QUANTO DE SEUS CO-RESPONSÁVEIS, comunicando-se de imediato aos órgãos e entidades que promovem registro de transferência de bens. *Verbis*:

LC 118/2005 - Art. 2º - A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 185-A e 191-A:

"Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio

Av. João Machado, 394 - Centro
João Pessoa - PB - CEP: 58013-520
Tel: (83) 3211-6121 - CNPJ: 08.907.750/0001-53





55
8

eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido." (destaques ao original)

Nestes Termos,
Pede e espera DEFERIMENTO

Campina Grande (PB), 07 DE NOVEMBRO DE 2017

Paulo de Tarso Cirne Nepomuceno
Procurador da Fazenda Estadual

AColiveira



CONCLUSÃO

Em 15 / 02 / 2018 faço estes
autos conclusivos Doutor Juiz de Direito.



Analista Judiciário / Técnico(a) Judiciário(a)

1



R. H.

56
e.

Vistos etc.


Verifica-se nos presentes autos que o executado foi citado, conforme certidão de fl. 08.

às fls. 13, o exequente pediu a suspensão do processo pelo prazo de 06 (seis) meses alegando que o executado está em dia com o seu parcelamento, dando a entender que o executado parcelou o débito, junto a exequente, pedido este deferido, posteriormente o executado não mais cumpriu com o pagamento do débito, demonstrando total falta de interesse de cumprir sua obrigação, ensejando na tentativa de penhora *on line*, sem sucesso, motivo pelo qual, defiro o pedido de fl. 54/55.

Cumpra-se.

Al. Nova – PB, 08 de março de 2018.


ERONILDO JOSÉ PEREIRA
JUIZ DE DIREITO

DATA
Em 08.03.2018 me foram
entregues estes autos

Analista Judiciário / Técnico(a) Judiciário(a)

